



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 637755 - SP (2020/0349611-7)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
EMBARGANTE : LUCAS DE OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : MICHAEL PIFFER - SP230108
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por LUCAS DE OLIVEIRA contra decisão de fls. 36-37, que indeferiu o pedido de liminar.

O paciente foi condenado à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão em regime semiaberto, como incurso no art. 157, § 2º, inciso II, c/c o art. 29, *caput*, e art. 61, inciso II, alínea “j”, todos do Código Penal.

Opõem os presentes embargos declaratórios ao argumento de que:

[...] o Eminentíssimo Ministro Presidente Humberto Martins, ao decidir a medida de urgência, adotando premissa equivocada quanto à causa de pedir e o pedido, indeferiu a medida liminar, acreditando que o objeto da impetração seria a inexistência de fundamentação idônea que justifique a imposição de regime prisional semiaberto, fundamentada no risco à ordem pública.

Reitera que o objeto do *writ* é "a incompatibilidade entre a medida constritiva cautelar de privação da liberdade do paciente (impossibilidade de apelar solto) e a fixação de regime prisional semiaberto para o início de cumprimento de pena".

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a retirar ambiguidade, esclarecer obscuridade, eliminar contradição e suprir omissão existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Não há nenhum vício na decisão ora embargada passível de modificação via embargos de declaração.

Registre-se que "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas

enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007" (EDcl nos EDcl no REsp 1.642.531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 22/4/2019).

De fato, o impetrante pleiteava originalmente o julgamento do presente *writ* em liberdade e, ao final, a confirmação da ordem a fim de permitir o direito ao paciente de aguardar o julgamento do recurso de apelação em liberdade, e a razão do indeferimento da liminar é, conforme excerto a seguir transcrito, que:

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que embasados os elementos concretos existentes nos autos.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo

Cabe reiterar: Não há que se falar em ilegalidade flagrante. A matéria abordada, compatibilidade entre a segregação cautelar e o regime semiaberto, está, inclusive, pacificada nas Turmas desta Corte. Vejam-se precedentes:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. NEGATIVA DE **RECORRER EM LIBERDADE**. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA NA SENTENÇA. REITERAÇÃO DELITIVA. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. REGIME **SEMIABERTO**. COMPATIBILIDADE. CUSTÓDIA CAUTELAR. CARÁTER EXCEPCIONAL DA MEDIDA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO COMPROVADO. RECURSO DESPROVIDO.

1. A imprescindibilidade da prisão preventiva justificada no preenchimento dos requisitos dos arts. 312, 313 e 315 do CPP impede a aplicação das medidas cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.
2. É permitida a manutenção da prisão preventiva mesmo nos casos em que a sentença condenatória tenha fixado o regime **semiaberto**, exigindo-se apenas a adequação ao cumprimento da medida.
3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 576.389 (SC), Ministro João Otávio de Noronha, Quinta Turma, DJe de 14/10/2020.)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E PORTE ILEGAL DE MUNIÇÃO. REGIME **SEMIABERTO**. COMPATIBILIDADE COM A PRISÃO PREVENTIVA. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRECEDENTES. ORDEM CONCEDIDA APENAS PARA ADEQUAÇÃO DA SEGREGAÇÃO ÀS REGRAS DO REGIME **SEMIABERTO** FIXADO NA CONDENAÇÃO.

1. Não há incompatibilidade entre a fixação de regime **semiaberto** e o indeferimento do direito de **recorrer em liberdade** na sentença condenatória, sendo apenas necessária a compatibilização da custódia com o regime fixado (AgRg no HC n. 586.212/BA, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 26/8/2020).

2. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 604.348 (SC), Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe de 28/9/2020.)

Dessa forma, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há nenhuma irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente